

A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E A QUESTÃO DAS FONTES HISTÓRICAS

Douglas Souza Angeli
douglasangeli@hotmail.com

Rodrigo Lemos Simões
rlsimoes@unilasalle.edu.br

Resumo: Considerando a importância das fontes históricas para o ofício do historiador, este artigo busca uma reflexão sobre o papel das mesmas para a Nova História Política. Para tal, foi necessária uma pesquisa bibliográfica sobre os usos e sentidos da História Política ao longo do tempo, especialmente sobre o novo olhar que se dirige à dimensão política com o advento da História Cultural. Sendo o trabalho com as fontes parte central na metodologia da História, essa história cultural do político passa também pela forma como o historiador interroga sua documentação.

Palavras-chave: Fontes históricas; Metodologia da História; História Política.

Abstract: Considering the importance of the historical sources for the historical profession, this paper looks for a reflection about the role of the same for the New Political History. For this, it was necessary a bibliographic research about the uses and meanings of the Political History over the time, especially about the new look that addresses to the political dimension with the advent of the Cultural History. Being this work with the sources a central part in the methodology of History, this cultural history of the political also pass for the form like the historical profession ask about his documentation.

Keywords: Historical Sources; Methodology of History; Political History.

1. INTRODUÇÃO

Conforme José D'Assunção Barros, nenhuma disciplina adquire sentido sem que desenvolva ou ponha em movimento certas teorias, metodologias e práticas discursivas (2011, p. 28). Para ele, a metodologia remete sempre a uma “maneira de trabalhar algo, de elegeer ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo historiador” (BARROS, op. cit., p. 67).

Essa eleição de materiais dos quais se extrai algo específico, esse movimento sistemático em torno dos materiais, nos remete imediatamente ao tema das fontes históricas. O historiador Jules Michelet já salientava, no século XIX, que seu método não negligenciava os livros, e que, onde os livros se calavam, ele encontrava “recursos imensos nas fontes manuscritas” (MICHELET apud SCHWARCZ, 2010, p. 102).

Michelet viveu os primeiros tempos daquele que seria considerado “o século da história”, em que tal área do saber reivindicou para si o estatuto científico, sendo que para isso, o historiador deveria partir de documentos autênticos, sobre os quais procederia uma análise rigorosa e obteria informações verdadeiras (GRESPLAN, 2008, p. 201-202). Já no século XX, sob a égide da Escola dos Annales, ocorreu a ampliação do seu território, fato diretamente vinculado à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (BURKE, 1995, p. 126). Mais uma vez, a questão das fontes está no centro do fazer histórico.

A proposta deste artigo é apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre o ressurgimento e resignificação da história política, processo também chamado de Nova História Política, bem como sobre o papel das fontes históricas nessa prática historiográfica. Dessa forma, apresentamos neste artigo, primeiramente, os principais pressupostos da Nova História Política e, na sequência, uma reflexão sobre o significado das fontes históricas nesse tipo de pesquisa.

2. A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

O campo da história passou por diversas transformações entre as décadas de 1970 e 1980, sendo as mais expressivas aquelas relacionadas à incorporação de temas contemporâneos, a revalorização da análise qualitativa e o retorno do singular (FERREIRA e FRANCO, 2009, p. 58). Juntamente com o novo impulso da história cultural, a partir da terceira geração dos Annales, ocorreu o retorno da política na cena historiográfica.

A Escola do Annales havia sido criticada por uma suposta negligência em relação à história política, mas como nos lembra Peter Burke, ainda que Febvre e Braudel tenham se preocupado pouco com a política nacional, isso não ocorreu com um bom número de historiadores ligados à revista (1995, p. 100).

A primeira geração dos Annales buscou se contrapor ao modo como antes esta dimensão era trabalhada pelos historiadores: a história política esteve ligada às monarquias e

à formação dos Estados Nacionais, dominando os estudos históricos no século XIX e no início do século XX, ou seja, no “momento de construção e consolidação dos Estados Nacionais que, como se sabe, utilizaram a história para legitimar seus projetos de poder” (D’ALESSIO, 2008, p. 39).

Em *Les Rois Thaumatourges*, Marc Bloch apresenta uma nova forma de encarar o fenômeno político: seu tema é a crença, difundida na Inglaterra e na França (da Idade Média até o século XVIII), de que os reis tinham o poder de curar os doentes de escrófula (doença de pele conhecida como “mal dos reis”) através do toque real ritualístico (BURKE, 1995, p. 28). O objetivo de Bloch era contribuir com a história política da Europa ao analisar a monarquia, pois, para ele, “o milagre real foi acima de tudo a expressão de uma concepção particular do poder político supremo” (BLOCH apud BURKE, op. cit., p. 29).

Os historiadores ligados aos Annales que mais se dedicaram a dimensão política foram os dedicados à história contemporânea: François Furet e Michel Vovelle, que se preocuparam muito com a Revolução Francesa, e Marc Ferro, que estudou a Revolução Russa e a I Guerra Mundial (BURKE, op. cit., p. 102). Maurice Agulhon é um autor destacado quando se trata de comportamento político ou “desenvolvimento da consciência política”; Em *Marianne au combat* realizou uma intersecção entre a história política e a história cultural ao estudar as representações de Marianne, a personificação da República Francesa (idem, p. 103).

No Brasil, José Murilo de Carvalho já esteve envolvido em problemática semelhante, ao escrever *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Nessa obra, que enfatiza o imaginário republicano, o autor busca a explicação do fracasso da representação da República enquanto mulher: “ela falhava dos dois lados – do significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica” (CARVALHO, 1990, p. 96).

José Murilo de Carvalho é, aliás, referência nacional no que tange à história política. Sua maneira inovadora está presente no texto sobre a criação do mito Tiradentes, também em *A formação das almas*:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos (idem, p. 55).

Já no clássico *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, Carvalho dá ênfase à questão da cidadania: “Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos. Para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão” (1987, p. 162-163). Na mesma obra, referência para a História Política, o autor busca as motivações da Revolta da Vacina, entre as quais os valores ameaçados pela interferência do Estado, como o respeito à virtude da mulher e a honra do chefe de família (idem, p. 136). Mais recentemente, em *Cidadania no Brasil, o longo caminho*, Carvalho (2011) aborda a história política brasileira do ponto de vista dos direitos sociais, civis e políticos.

Retornando o foco para a Escola dos Annales, a terceira geração promove o renascimento da história política, também como uma reação ao determinismo marxista e estendendo-se, com Foucault, em direção à micropolítica, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas (BURKE, 1995, p. 103). Esse caminho também é percorrido por Michele Perrot, autora de *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (1988).

Sendo a política o estudo das relações de poder na sociedade (OLIVEIRA, 2002, p. 12), ao falar de uma Nova História Política não se pode esquecer a contribuição de Michel Foucault para o conceito de relações de poder. Ao escrever sobre as prisões, sobre a loucura e sobre a sexualidade, Foucault substitui a ideia de poder (“o Poder”) enquanto conjunto de instituições e aparelhos de Estado pelo conceito de relações de poder, dizendo que o poder está em toda a parte: “não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”, pois “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura” (FOUCAULT, 2010, p. 103). Para Foucault:

O poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos. [...] O traço distintivo do poder é que alguns homens podem mais ou menos determinar inteiramente a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que se exerce sobre ele. Não ao poder. Mas se se pode leva-lo a falar, quando seu último recurso poderia ter sido o de segurar sua língua, preferindo a morte, é porque o impelimos a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi sujeitada ao poder. Ele foi submetido ao governo (2006, p. 385).

Um traço fundamental e que diz respeito à História Política é a precaução que Foucault toma ao dizer que essa relação específica entre indivíduos que chamamos *poder* passa pela

maneira como alguns homens podem determinar a conduta de outros de maneira não coercitiva nem exaustiva. É como salienta Paul Veyne ao falar da relação do cidadão com o Estado: ela nunca é uma relação de pura opressão, uma vez que os sujeitos reagem a essa opressão (1987, p. 22).

Para Foucault, “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (2010, p. 106). As relações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência: esta, representa o papel de adversário, alvo, apoio, “saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, op. cit., p. 106).

O historiador Paul Veyne, na obra *Foucault, o pensamento, a pessoa*, enfatiza ser impossível “escapar às relações de poder; em contrapartida, podemos sempre e em toda parte modificá-las; porque o poder é uma relação bilateral; faz par com a obediência, que somos livres de conceder com mais ou menos resistência” (2009, p. 101). Nesse ponto, somos convidados a pensar como Durval Muniz de Albuquerque Junior, ao considerar a sociedade como uma arena: nela, “os homens lutam para atingirem seus objetivos, para realizarem seus projetos” (2007, p. 168).

Há outros nomes de historiadores franceses que despontam quando se fala em História Política. Caire-Jabinet destaca a *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, “fiel às diretivas estabelecidas nos anos 30 por André Siegfried”: lá, surgiu uma história política preocupada com a história contemporânea e aberta à sociologia política, abrangendo nomes como René Rémond e Serge Berstein (2003, p. 140).

Na direção da *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e na Universidade de Paris X (Nanterre), René Rémond obteve sucesso com a história política contemporânea, inaugurando, juntamente com Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux e a “história cultural do político”, a Nova História Política (CAIRE-JABINET, op. cit., p. 141). Peter Burke, na obra *O que é história cultural?*, também cita exemplos dessa História Cultural da Política, que se debruça sobre as políticas culturais, a publicidade governamental, a propaganda política, as relações entre o nacionalismo e os museus e teatros (2005, p. 131).

Quanto a René Rémond, a obra *Por uma história política*, por ele organizada, nos trás as bases dessa Nova História Política. O autor destaca a opção das primeiras gerações dos Annales por uma história econômica e social, levando ao declínio da história política; o modelo de história política combatida pela geração de Bloch e Febvre era “elitista,

aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia” (RÉMOND, 1996, p. 18).

O papel central das eleições na História Política é destacado por René Rémond, tendo em vista sua realização contínua, na Europa, nos últimos dois séculos. As eleições como objeto de pesquisa propiciam a investigação sobre o equilíbrio de forças, as relações entre maioria e oposição e a composição dos governos, servindo como indicador do “espírito público”, vestígio da opinião pública e de seus movimentos, correntes e tendências na geografia eleitoral (idem, p. 37-40).

Os registros de sufrágios e de campanhas eleitorais representam, enquanto fontes históricas, a possibilidade de se aproximar não só das preocupações dos eleitores ou dos programas dos candidatos e partidos, mas também da entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião (ibidem, p. 47-50). Sobre os processos de tomada de decisão, Rémond destaca:

Todas as pesquisas realizadas nos últimos trinta anos sobre os processos de tomada de decisão [...] levaram à percepção da relativa autonomia das decisões políticas em relação aos constrangimentos que sempre se impõem. Não é verdade que elas sejam de certa forma ditadas por necessidades de ordem econômica. Não chegaria a dizer que são frutos do acaso, mas sim que há uma margem de manobra para os políticos, que eles quase sempre podem fazer uma escolha entre várias políticas, e que essas escolhas são feitas por razões antes de tudo políticas. É por demais simplista imaginar que no fundo os políticos não passam de serviçais ou de executivos de grupos de pressão que lhes ditam suas decisões (1994, p. 16).

René Rémond, nessa fala publicada na *Revista de Estudos Históricos*, vinculada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas), trata do objeto da Nova História Política. Se antes, a História Política era acusada de tratar apenas de uma elite, de estudar apenas os que fazem da política a sua atividade profissional, agora seu objeto está no grande grupo, pois o princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas faz da política a “coisa de todos”, mesmo que nem todos façam uso desse direito, todos são chamados e, mesmo que não se interessem pela política, “a política os alcança” (RÉMOND, 1994, p. 18).

Os diversos objetos da Nova História Política estão presentes em *Por uma história política*. Quanto aos partidos políticos, Serge Berstein sugere sua definição conforme os

cientistas políticos da escola norte-americana: eles possuem duração no tempo, pois avançam para além da geração de seus fundadores, buscando responder a uma tendência profunda da sociedade; possuem extensão no espaço, com hierarquias, rede de relações nacionais e locais; têm aspiração ao controle do aparato estatal, com um projeto de governo; têm a vontade de buscar o apoio popular, razão pela qual põem em funcionamento práticas como o recrutamento e a busca do voto (1996, p. 62-64).

Para Serge Berstein, os partidos respondem a uma situação do momento de sua criação e, devido ao que chama de “inércia do político”, a formação partidária perdura mesmo quando já não se adapta a situações novas, gerando um atraso dos partidos em relação às situações geradoras que revela a autonomia do fenômeno político (op. cit., p. 69-70). Ainda para Berstein, a ideologia é a coluna vertebral das opiniões da massa componente dos partidos, mas, na maioria das vezes, a doutrina não está explícita e sim presente por meio de referências implícitas, expressando-se em lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, comemorações, vocabulário decodificado, gestos e ritos (idem, p. 87-90).

Jean-Pierre Rioux aborda o tema da associação em política, destacando as organizações que reúnem forças singulares, como as ligas, as federações e os sindicatos, tendo a capacidade de influenciar a opinião pública, agitar e promover ideias políticas (1996, p. 99). A própria opinião pública, enquanto objeto de estudo, é tema que merece a atenção em *Por uma história política*, no texto de Jean Jacques Becker. O autor inicia destacando a falta de documentação, mas ressalta as primeiras pesquisas de opinião pública no período pré II Guerra e a imprensa, apesar dos grupos de pressão, como reflexo da opinião pública (1996, p. 196).

Becker sugere como fontes capazes de indicar os movimentos da opinião pública, os relatórios de autoridades, as cartas, os diários íntimos, os resultados eleitorais, além dos jornais (op. cit., p. 198-199). Dessa forma, a imprensa, e de forma mais ampla a mídia, aparecem como fontes possíveis ao historiador da dimensão política. Jean-Nöel Jeanneney enfoca os acervos da mídia e sua potencialidade para a História Política, lembrando que o rádio e a televisão modificaram a eloquência, a forma, a expressão, o vocabulário, o gestual e a maneira de vestir-se dos políticos (1996, p. 213; 221-225).

Essa Nova História Política é, primordialmente, diferente da História Política que se fazia no passado, como podemos apreender do texto de René Rémond: ao estudar o fenômeno político, o historiador deve estar atento às relações que se estabelecem entre o

indivíduo e a “sociedade global política”, com o estudo de comportamentos, escolhas, convicções, lembranças, memória, cultura, pois “o político toca a muitas coisas” (1999, p. 58).

René Rémond reconhece que, embora história política e história recente sejam abordagens diferentes, os mesmos historiadores militaram e militam pelas duas causas (1999, p. 53). Pois que, no mesmo livro (*Questões para a história do presente*), Serge Berstein e Pierre Milza destacam uma das especificidades da história do tempo presente, e que também se mostra adequada para a História Política de enfoque contemporâneo: a abundância de instrumentos documentais capazes de fornecer fontes aos historiadores, passando pelas fontes audiovisuais, pelo depoimento oral, e que, ao mesmo tempo, exige do profissional da História maior rigor ao lidar com tais fontes (1999, p. 129).

Já citamos, quanto à historiografia nacional, José Murilo de Carvalho como uma referência para a História Política. Outra referência é o CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Ao CPDOC estão vinculados historiadoras como Angela de Castro Gomes, Maria Celina D’Araújo e Marieta de Moraes Ferreira.

Em artigo da *Revista de Estudos Históricos*, Angela de Castro Gomes menciona as características da História Política que predominou no Brasil por muito tempo: “história político-administrativa, com o predomínio de uma narrativa povoada de acontecimentos, grandes vultos, batalhas etc” (1996, p. 60). Caio Padro Jr e Sérgio Buarque de Holanda seriam as grandes exceções a confirmar a regra (GOMES, op. cit., p. 62).

Para essa autora, a resignificação da História Política trouxe orientações inovadoras e fundamentais: a) a História Política não só não é redutível a um reflexo superestrutural de um determinante qualquer de outra natureza (seja econômico ou não), como goza de autonomia ampla; b) a História Política deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço, podendo expandir-se ou contrair-se, incorporando ou eliminando temas; c) a História Política tem fronteiras fluidas com outros campos da realidade social, questões culturais; d) a História Política privilegia o acontecimento, que não pode ser superestimado nem banalizado, mas sim investido de um valor "próprio" que lhe é em grande parte atribuído/vivenciado pelos seus contemporâneos; e) a História Política sofre, de forma ainda mais radical, uma demanda social pela incorporação do tempo presente; f) a História Política também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias - a história oral, por

exemplo -, mais ainda quando associada à história cultural, o que também a aproxima particularmente dos trabalhos dos cientistas sociais, políticos em especial (idem, p. 63-64).

Marieta Ferreira também destaca o eixo central dessa renovação da História Política. Segundo a historiadora, ocorreu grande intercâmbio da História com a Ciência Política, “permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história” e levando os historiadores aos estudos sobre processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais, enquanto contatos com a Sociologia, a Linguística e a Antropologia têm rendido frutos em trabalhos sobre a sociabilidade, análises de discurso e história da cultura (1992, p. 267).

Já mencionamos mais de uma vez a renovação da História Política em seus contatos com a Nova História Cultural. Já em *Por uma História Política*, Serge Berstein afirmava, por exemplo, que os partidos políticos forjam *identidades* políticas na sociedade, num processo próprio da democracia (1996, p. 93-94). Assim, não poderíamos nos privar de um conceito fundamental para os historiadores do político na atualidade: o de cultura política.

Sandra Pesavento, em *História e História Cultural*, destacava a releitura do político pelo cultural, levando novos objetos e aportes teóricos à História Política, como o conceito de cultura política: “conjunto de representações que nutrem um grupo no plano político” (2004, p. 75-76). Para Ricardo de Aguiar Pacheco, sendo a política (e toda a vida social) uma rede de sentidos, compreender o “campo político passa por rastrear os significados atribuídos às representações e práticas sociais nos rastros e indícios deixados pelo passado” (2008, p. 172).

Enquanto ferramenta teórica, a noção de cultura política é importante para identificar “o modo como os diferentes grupos sociais percebem o processo político no qual estão inseridos” (PACHECO, op. cit., p. 174). Assim, o conceito é utilizado para designar o “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhados pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto o fenômeno político” (SANI apud PACHECO, op. cit., p. 174).

Ao falar sobre cultura política, não seria demais remeter a dois conceitos fundamentais na História Cultural: representações e imaginário. Para Sandra Pesavento, indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade; as representações são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora, coesiva e explicativa do real (2004, p. 39). Assim, representar é estar no lugar de, é presentificação de um ausente; substituição que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença (idem, p. 40). Já o conceito de imaginário alude ao “sistema de ideias e

imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (ibidem, p. 43).

Uma das nuances da cultura política é que toda estrutura política cria representações sobre si mesma e procura difundir-la no campo simbólico, como forma de legitimar-se no imaginário social (PACHECO, op. cit., p. 180). Ao mesmo tempo, a sociedade articula, no interior do campo simbólico, um conjunto de representações e práticas sociais que objetivam se relacionar com o poder institucional (idem, p. 181).

Uma característica da Nova História Política é o uso dos arquivos privados, que materializam os laços com a História Cultural, pois, como ressalta Angela de Castro Gomes, é daí que se retira uma boa parcela de suas fontes, que passaram a exigir novos procedimentos tanto de arquivamento quanto de pesquisa historiográfica (1998, p. 125). Os arquivos privados são um “prato cheio e quente”, e o historiador que pretende degustá-lo com prazer deve se utilizar “dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada” (idem, p. 125). E isso nos leva a questão das fontes históricas.

3. FONTES HISTÓRICAS

A história não é uma área do conhecimento onde tudo pode ser dito ao sabor da livre interpretação, pois a atividade do historiador tem métodos que a legitimam. Para compreender a História, é preciso considerar o contexto do nascimento dessa prática discursiva: sua origem remete à Grécia Antiga, como gênero literário racionalista que se impõe na tentativa de estabelecer uma contraposição aos relatos míticos, às cosmogonias e genealogias lendárias (MORADIELLOS, 2008, p. 44). Segundo José Carlos Reis, a história, “lutando contra a ficção, o lendário e o falso, aproxima-se da ciência” (2003, p. 106).

Para Enrique Moradiellos, a História possui princípios operativos básicos: deve respeitar o determinismo genético, ou seja, rejeitar as explicações mágicas, que recorram ao destino ou à providência divina; a significação temporal é irreversível, não permitindo retornos, círculos ou espirais; por último, e não menos importante, o conteúdo de sua narrativa deve estar apoiado em provas, vestígios, evidências, documentos (op. cit., p. 30-32). Para José Carlos Reis, a história é o conhecimento “cientificamente conduzido” do passado humano – problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado, e que pretende

obter a verdade de seu objeto através da investigação, da interrogação e do controle das fontes (REIS, op. cit., p. 101).

Na abordagem de Sandra Jatahy Pesavento, os historiadores de hoje têm consciência de que, embora sua meta seja chegar à verdade, o máximo que poderá atingir será sempre a construção de “versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido” (2008, p. 18). Ao mesmo tempo, é o método que garante meios de controle e verificação do conhecimento, permitindo fazer da história uma ficção controlada (PESAVENTO, 2004, p. 68-69). José D’Assunção Barros salienta que as fontes históricas são elementos de importância máxima na Metodologia da História: “correspondem de certo modo ao seu centro” (2011, p. 72).

Os autores acima citados nos convencem da importância das fontes para o método histórico e para a legitimidade da própria História. Porém, qual a relação que se estabelece entre o historiador e suas fontes? Ao comunicar sua pesquisa em documentos da luta pela anistia, Carla Rodeghero destacou que as fontes são “resquícios do passado” que “podem nos aproximar do que aconteceu”, mas sendo “produtos de seu tempo” devem ser alvos de investigação e desconfiança: “podem, inclusive, nos criar armadilhas” (2011, p. 20-21).

Ao destacar o trabalho dos historiadores nos arquivos após a queda do Muro de Berlim, Étienne François convidava à percepção de que “os arquivos não falam a verdade por si só”, mas devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes (1998, p. 157). Segundo esse historiador francês, existem quatro exigências para o trabalho em arquivos: a crítica das fontes (quem constitui? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem?); a interrogação das fontes; a consciência de que as fontes não dizem tudo, e portanto é necessário o cruzamento com outros tipos de fontes; e um trabalho ético (idem, p. 157-159).

Defendendo a crítica das fontes, Jacques Le Goff ressalta que “nenhum documento é inocente. [...] Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (2003, p. 110). Nessa ótica, o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (idem, p. 535-536). Conforme salientado por Durval Muniz de Albuquerque Junior, mais do que explicar os fatos e interpretá-los, os historiadores devem “seguir suas linhas de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua própria tecitura” (2007, p. 153).

A escola metódica francesa buscou, no final do século XIX, impor uma investigação científica visando a objetividade absoluta no domínio da História, e para isso aplicou técnicas rigorosas quanto ao uso das fontes (BOURDÉ e MARTIN, 2003, p. 97). Louvando o apagamento do historiador por detrás dos textos, Langlois e Seignobos precisavam que os vestígios estudados pela História seriam compostos por documentos escritos, testemunhos voluntários – cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos, e, portanto, desconsideraram os documentos não escritos (idem, 2003, p. 102).

Segundo Peter Burke, a forma dominante do fazer histórico foi, durante muito tempo, a “narrativa dos acontecimentos políticos, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (1995, p. 17). No final da década de 1920, a criação da *Annales d’histoire économique et sociale* por Marc Bloch e Lucien Febvre deu início ao que Peter Burke chamou de “Revolução Francesa da historiografia” (op. cit., p. 127). Para Marie-Paule Caire-Jabinet, “no início dos Annales nota-se algo daquela revolta dos filhos contra os pais”, pois se multiplicam as críticas à escola metódica, acusada de “basear a história unicamente sobre os textos e de privilegiar o método (fichas, notas de rodapé, etc), o acontecimento, a história batalha” (2003, p. 119).

Quanto às fontes, os autores dos Annales “insistem sobre a diversidade de documentos que podem e devem ser utilizados pelo historiador” (idem, p. 120). Sobre a obra *Les Rois Thaumaturges*, de Marc Bloch, Peter Burke destaca o uso até então incomum de fontes não literárias, como mapas cartográficos das propriedades (op. cit., p. 35). Na década de 1960, e mais marcadamente na década de 1970, a História passou por uma “nova onda de renovação metodológica”, com o aumento potencial das fontes, pois tudo passou a ser objeto de verificação atenta do historiador (FERREIRA e FRANCO, 2009, p. 50).

Sandra Pesavento ressalta que o advento da História Cultural promoveu a renovação de correntes e campos e a multiplicação de objetos e fontes (2004, p. 69-70). A literatura passa a ser amplamente utilizada como fonte da História, bem como as imagens enquanto “representações do mundo elaboradas para serem vistas” (idem, p. 84). Segundo Jean Boutier e Dominique Julia, na Nova História, todo documento é útil para o historiador (1998, p. 36).

Assim, a questão das fontes históricas é central no debate historiográfico das diferentes épocas. O que mudou foi o modo como os historiadores se relacionaram com os documentos ao longo do tempo, pois, como destaca Carla Pinsky, as fontes têm historicidade: “documentos que falavam com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (2008, p. 07). Entretanto,

independentemente do tipo de documento utilizado, a mudança mais significativa está nas perguntas que o historiador lhes faz, pois como nos alerta Étienne François, as fontes só falam quando as interrogamos (1998, p. 158).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes históricas representam o centro da metodologia empregada pelos historiadores e, portanto, falar sobre elas é mencionar os meios pelos quais os profissionais da História legitimam e conferem seriedade ao seu trabalho. As fontes, enquanto vestígios, rastros, fragmentos que nos aproximam daquilo que um dia ocorreu, são o ponto de apoio do historiador que reconhece a impossibilidade de chegar à verdade, embora caminhe em sua direção.

Durval Muniz de Albuquerque Junior salienta: “o que nos chega do passado nos vem como signos que precisam ser significados ou nos vem como significações dadas por uma dada época e por dados homens a seu próprio tempo” (2007b, p. 200). Se, como José Carlos Reis ressalta, a História é o que o que pratica a comunidade de historiadores (2003, p. 101), para saber do que se trata a História Política é necessário conhecer os temas e abordagens dos historiadores que, ao longo do tempo, deram atenção a essa dimensão da História. É possível perceber através de uma breve revisão bibliográfica, que, ao longo das últimas décadas, tanto na França quanto no Brasil ocorreu uma resignificação da História Política.

Se antes, os temas dessa modalidade eram as batalhas e os atos governamentais, seus personagens os reis e generais, hoje a História Política busca as mais diversas formas pelas quais, em diferentes épocas, as relações de poder na sociedade se expressaram. Esse poder exercido por todos amplia o enfoque e os personagens da História Política.

As fontes históricas, nesse caso, podem ser provenientes dos arquivos do Estado: decretos, leis, correspondência oficial, relatórios; podem ser de acervos privados: cartas, bilhetes, fotos, diários; podem ser registros das lutas políticas: propaganda, manifestos, textos na imprensa, atas de reuniões de partidos políticos, sindicatos, associações, escolas, etc. O mais importante não é a proveniência dos documentos, mas como os historiadores interrogam suas fontes de forma crítica e ética.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR; Durval Muniz de. História, a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a Escrita da História. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007b. P. 192-215.

BARROS, José d'Assunção. Teoria da História – Vol. I – Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P. 185-205.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador expert. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRJ: FGV, 1998.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P. 57-94.

_____.; MILZA, Pierre. Conclusão. In : CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999. P. 127-130.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa – América, 2003.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: _____. Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRJ: FGV, 1998. p. 21-61.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à historiografia. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoleti. Dimensões da política na historiografia. Campinas: Pontes Editores, 2008. p. 39-49.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: Revista de Estudos Históricos volume 5, número 10, p. 265-271. 1992.

_____; FRANCO, Renato. Aprendendo História: reflexão e ensino. São Paulo: editora do Brasil, 2009.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política [1981]. In: _____. Estratégia, poder-saber (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANÇOIS, Étienne. Os “Tesouros da Stasi” ou a Miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRRJ: FGV, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. In: Revista Estudos Históricos. Volume 9, n.º 17, p. 59-84. 1996.

_____. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. In: Revista Estudos Históricos. Volume 11, n.º 21, p. 121-127. 1998.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008. P. 201-210.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P. 213-225.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

MORADIELLOS, Enrique. El oficio de historiador. 6. ed. Madrid: Siglo XXI, 2008.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2002.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza. Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. P. 172-185.

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza. Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. P. 11-19.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: _____ (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, José Carlos. História & Teoria – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Por que a história política? Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume 7, número 13, p. 7-19.1994.

_____. Uma história presente. In: _____. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 13-36.

_____. As eleições. In: _____. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 37-56.

_____. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999. P. 51-61.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P. 99-140.

RODEGHERO, Carla Simone. Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALERBA, Jurandir (org). Lições de História – o caminho da ciência do longo século XIX. RJ/Porto Alegre: FGV/PUCRS, 2010. p. 91-112.

VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: VERNANT, Jean Pierre et al. Indivíduo e poder. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. Foucault, o pensamento, a pessoa. Lisboa: Texto Grafia, 2009.